

Principais marcos para a proteção de dados no Brasil durante a vigência da LGPD

18/09/2020

A LGPD entrou em vigor, com exceção das sanções.

21/09/2020

Moveu-se a primeira Ação Civil Pública com base na LGPD. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) ingressou com Ação Civil Pública contra um usuário que se utilizava de um site de e-commerce, operando no formato de *marketplace*, para comercializar dados pessoais. A sentença do caso julgou procedente os pedidos do MPDFT e aplicou a LGPD de forma retroativa.

29/09/2020

Foi publicada a primeira sentença com base na LGPD, condenando uma grande construtora a pagar indenização por danos morais a um consumidor que alegou ter sido vítima de indevido tratamento de dados pessoais.

27/01/2021

Publicação da agenda regulatória da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), para o biênio 2021-2022.

01/02/2021

Publicação do planejamento estratégico de 2021 a 2023 da ANPD

09/03/2021

Publicação do regimento interno da ANPD, que estabelece a sua estrutura e funcionamento.

28/05/2021

A ANPD publicou Guia Orientativo para definições dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais e do Encarregado.

22/03/2021

Assinatura do acordo de cooperação técnica da ANPD com a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), destinado à proteção de dados do consumidor.

21/06/2021

A ANPD realizou 3 reuniões técnicas abertas para discutir sobre o Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais.

08/07/2021

A 4ª Vara Federal de Campo Grande publicou sentença para determinar que as medidas de adequação à LGPD sejam consideradas como insumos para fins de apuração de crédito de PIS e COFINS, uma vez que os custos são necessários e imprescindíveis para o alcance dos objetivos comerciais.

01/08/2021

Sanções administrativas da LGPD em vigor.

31/08/2021

Aprovação, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição nº 17 de 2019, pela Câmara dos Deputados, para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais. A matéria seguiu para votação pelo Senado Federal.

30/08/2021

A ANPD publicou minuta de resolução sobre a aplicação da LGPD para agentes de pequeno porte que tratam dados pessoais. A minuta publicada permanece sujeita à consulta pública até 29 de setembro de 2021.

14/09/2021

ANPD realiza audiência pública virtual sobre a minuta de resolução para agentes de tratamento de pequeno porte.

Main milestones for data protection in Brazil following LGPD framework

September 19, 2020

LGPD entered into force, except for sanctions



September 21, 2020

The first Public Civil Action was filed based on the LGPD, in which the Prosecution Service of the Federal District and Territories (MPDFT) filed this action against a user who used an e-commerce website, operating in the marketplace format, to sell personal data. The judgment upheld the MPDFT requests and applied the LGPD retroactively.



September 29, 2020

The first sentence based on the LGPD was published, condemning a large construction company to pay compensation for moral damages to a consumer who claimed to have been a victim of improper processing of personal data.



January 27, 2021

Publication of ANPD regulatory schedule for the 2021-2022 biennium.



February 1st, 2021

Publication of ANPD's 2021-2023 strategic plan.



March 9, 2021

ANPD publishes its bylaws, which establishes its structure and operation.



March 22, 2021

ANPD signed a technical cooperation agreement with Federal Consumer Secretariat (SENACON), aimed at protecting consumer data.



May 28, 2021

ANPD published Guidance for definitions of Personal Data Processing Agents and Data Protection Officers



June 21, 2021

ANPD held 3 open technical meetings to discuss the Data Protection Impact Assessment.



July 8, 2021

The 4th Federal Court of Campo Grande published a decision to determine that the measures of adequacy to the LGPD are considered as inputs for the purposes of calculating PIS and COFINS credit, since the costs are necessary and essential to achieve the commercial objectives.



August 1st, 2021

LGPD administrative sanctions came into force.



August 31, 2021

Approval, in the second round, of the proposed amendment to the Brazilian Federal Constitution No. 17 of 2019, by the National Chamber of Deputies, to include data protection among the fundamental rights and guarantees and to establish the exclusive competence of the Union to legislate on the protection and processing of personal data. The amendment shall now be voted by the Federal Senate.



August 30, 2021

ANPD published proposed draft to regulate the enforcement of LGPD with respect to small business. The draft is still subject to public consultation until September 29, 2021.



September 14, 2021

ANPD holds a virtual public hearing on the draft resolution to small business data processing agents.

